



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**GT3 Africanidades e Brasilidades em
Direitos humanos e políticas públicas**

**VALORIZANDO OS SABERES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ:
UMA ESTRATÉGIA DE COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

Flávio Lopes Guilhon¹

Luiza Franklin Salas²

Resumo: O Candomblé por se constituir como lugar de resistência negra é historicamente perseguido, especialmente com a ascensão da *bancada evangélica* ao legislativo. A mistura entre Estado e Religião promove o extermínio do povo de santo e compromete a laicidade e a liberdade de culto, asseguradas na Constituição de 1988. Pretendemos com esse trabalho legitimar seus saberes, desmistificando suas práticas, e criar instrumentos de combate à intolerância às religiões de matrizes africanas.

Palavras-chave: Candomblé, Intolerância, Direitos Humanos.

¹ Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: guilhon.flavio@gmail.com.

² Psicóloga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: luizasalas@yahoo.com.br.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Palavras Iniciais

*Ofereço-te Exu / o ebó de minhas palavras / neste padê que te consagra /
não eu / porém os meus e teus / irmãos e irmãs / em Olorum /
nosso Pai / que está / no Òrun /
Laroiê!*

(Trecho de Padê de Exu Libertador de Abdias Nascimento)

Enquanto *Mulher e Homem de Asè*³, iniciamos este texto saudando e reverenciando *Esù*⁴, assim como o fazemos nos terreiros de candomblé. Cuidar dessa divindade é a primeira atividade realizada, considerando suas funções de fiscalizar o *asè* e de assegurar a comunicação no *Aiyè* (mundo manifesto e habitado pelos seres humanos) e entre este e o *Òrun* (mundo não manifesto, habitado pelas), possibilitando assim as trocas em diferentes planos.

Colocar *Esù* no início deste trabalho afirma sua importância no culto das religiões de matrizes africanas⁵ e evidencia nossa escrita enquanto um ato político, afirmativo e reparador, uma vez que durante o processo de sincretismo da diáspora africana no Brasil, *Esù* foi lamentável e equivocadamente associado ao diabo da concepção cristã, se tornando o protagonista da maior confusão histórico-religiosa no período das colonizações, “dando origem a séculos de

³ De acordo com Beniste (2011), *Asè* significa “força, poder, o elemento que estrutura uma sociedade, lei, ordem”; também é uma “palavra usada para definir respeito ao poder de Deus, pela crença de que é Ele que tudo permite e dá a devida aprovação” (p.128). A palavra *Asè* também nos remete ao território geográfico e subjetivo em que o terreiro está circunscrito. *Homem de Asè* é um termo que se relaciona com a sensação de pertencimento a um determinado mundo que se constitui a partir de concepções de universo, de vida e de sociedade vindas da África, no período de escravidão, e fundamenta o culto aos ancestrais africanos no Brasil. Ser um *Homem* ou *Mulher de Asè* significa estar circunscrito ao universo de culto aos ancestrais divinizados realizados nos terreiros de candomblé em nosso país.

⁴ Divindade que possui diferentes atributos relacionados à comunicação, troca e fiscalização do *Asè*. De acordo com Santos e Santos (2014), “*Esù* é essencialmente o princípio vital e dinâmico de todo ser e de toda coisa que existe. Sem *Esù*, a existência, suas representações e transformações não aconteceriam, a vida não se desenvolveria”. (p. 28).

⁵ Religiões de matrizes africanas são aquelas cujas concepções e ritualísticas se fundamentam nas perspectivas teológica, filosófica e cosmológica oriundas de diferentes partes da África, que chegaram ao Brasil no período do tráfico negreiro. Suas principais expressões são: Tambor de Mina e Tambor de Caboclo no Maranhão; Candomblé na Bahia e Rio de Janeiro; Umbanda no Rio de Janeiro; a Jurema, Xambá e Xangô no Recife; e Batuque no Rio Grande do Sul.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

preconceito e discriminação até hoje experimentados no que diz respeito às religiões de matrizes africanas” (JAGUN, 2015, p. 118).

Tal associação causa prejuízo ao legado africano em nosso país até os dias atuais, porque a partir dela, cria-se na crença de que *Esù* é o demônio, enraizando no imaginário social a ideia de que todo o culto proveniente da diáspora é demoníaco, primitivo e bárbaro. Essa crença encontrou na produção científica higienista e eugênica, que chega ao Brasil no século XX, atestando a inferioridade da raça negra em oposição à superioridade da raça branca, o aporte teórico necessário para legitimar o local do continente africano enquanto primitivo, em contraste com a Europa, entendida como polo da civilização e racionalidade. Diz-se que *Esù* é a boca do mundo, mensageiro que faz a comunicação entre *Òrun* e *Ayè*, que leva os pedidos dos homens aos *Òrisà*. Por isso é o primeiro a ser reverenciado. Quando falamos em comunicação, falamos em *Esù*. Por isso, aqui aproveitamos para falar da nossa opção por manter a grafia dos termos em iorubá relacionados ao Candomblé⁶. Nossa escolha se deve ao fato de sermos candomblecistas, e considerarmos importante que a linguagem do terreiro se espalhe para além dele, formando um território político, que promova o movimento dos elementos que formam nossa identidade, e conseqüentemente que auxilie na circulação do povo de santo.

O tema do presente trabalho versa sobre garantia de direitos humanos e intolerância religiosa. Portando, nada mais coerente que realizarmos essa aposta estético-ético-política. Mãe Beata de *Iyemoja*⁷ afirma a importância do povo de santo pesquisar o Candomblé, em suas palavras, “precisamos desmistificar o

⁶ Os termos em iorubá estarão destacados em itálico, e acompanhados de notas de rodapé para os devidos esclarecimentos sobre a pronúncia e seus significados. Acerca da grafia, é importante esclarecer que a letra s tem som de x, e o acento ` marca uma vogal tônica.

⁷ *Iyemoja* (lê-se lemanjá) é o *Orisà* que no Brasil passa a receber culto no mar. Dona das águas salgadas, a tradução de seu nome é a Grande Mãe dos Filhos Peixes. Ela é a mãe que consola os filhos, que luta e defende todos eles. Também é a guerreira que protege seus domínios. Conta um itan (um conto africano) que ela ganha o título de dona de todas as cabeças, após enlouquecer *Osalà* (*Orisà* responsável pela criação), e curá-lo. Por isso, é responsável pelo equilíbrio e saúde mental, pelo raciocínio, pela clareza de ideias. É a ela que se pede serenidade para fazer as melhores escolhas.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Candomblé”. Considerando o grande equívoco que dá origem a repulsa que alimenta o imaginário social e que retorna, para nós, candomblecistas, em forma de violência. Desfazer esse engano falando sobre Candomblé de dentro do Candomblé, com a nossa linguagem, levando nossos valores para além das fronteiras da casa de santo, mostra-se como um grande *ebó*⁸ cívico, e consonante com o culto àquele que é a Boca do Mundo. Feitas as devidas ressalvas, destacamos que as religiões de matrizes africanas, em especial os terreiros de candomblé, resistem, recriam e mantêm vivos aspectos culturais, religiosos, linguísticos e sociais vindos de diferentes partes da África, a partir do século XVI (SANTOS, 1986; GOMBERG, 2011; BARROS e TEIXEIRA, 2000), quando tem início a o tráfico negreiro para o Brasil.

O cotidiano nos terreiros de candomblé através de sua cosmogonia e concepção de vida possibilita o acesso a outros planos de existência, uma vez que seus mitos, histórias e liturgias se agenciam na produção de novos territórios subjetivos e de práticas de cuidado, transformando-os em espaços de promoção à saúde para adeptos e não adeptos (GOMBERG, 2011). Espaços esses que, afirmam saberes populares, tradicionais e ancestrais legados pelos povos africanos escravizados no Brasil, representando uma forma específica de resistência da cultura e da religiosidade negra. Historicamente no Brasil, a promoção da saúde e cuidado da população negra e pobre foi majoritariamente realizada pelas casas de santo, até a década de 90, quando ocorre a construção e implementação do Sistema Único de Saúde. (CROSSARD, 2014). Entretanto, esses espaços ironicamente têm carecido de cuidado, já que têm se tornado alvos da violência do racismo, encarnada em forma de intolerância religiosa.

De espaços de cuidado: espaços que necessitam ser cuidados

⁸Para Kileuy & Oxaguiã (2009), ebós são “elementos que podem ser ofertados a Exu, eguns (espíritos de pessoas mortas), odus e Orixás” com várias finalidades, como “súplicas, oferendas, limpeza corporal e espiritual, agradecimentos”(p.95)



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Se inicialmente a figura de *Esù* ao ser sincretizada com o diabo cristão, era o principal alvo dessas perseguições e atentados, a ciência eugenista e higienista ajudou a estender esse fenômeno a tudo o que está ligado ao legado negro, dando origem ao racismo no Brasil. Segundo a Política Nacional da Saúde da População Negra, “o racismo se reafirma no dia-a-dia pela linguagem comum, se mantém e se alimenta pela tradição e pela cultura, influencia a vida, o funcionamento das instituições, das organizações e também as relações entre as pessoas” (BRASIL, 2007, p. 29).

Assim, a intolerância religiosa se fundamenta no ódio ao legado negro, e por isso pode ser entendida como uma manifestação do racismo. Ela tem se evidenciado com a expansão das igrejas evangélicas, que tem como fundamento a conquista de novos adeptos através da evangelização. Prática que conversa com a antiga catequese implementada pelos colonizadores europeus, e se fundamenta no entendimento de que a religião em questão é a única capaz de trazer a salvação. Esse pressuposto, etnocêntrico e violento, desconsidera outras formas de fé, por se considerar correta e portadora do verdadeiro sagrado, opondo-se às outras religiões, consideradas equivocadas, caminhos desviados do verdadeiro sagrado por culpado diabo.

Quando esse discurso se junta às ideias já disseminadas no imaginário social, marcado pelo racismo estrutural, que associa as religiões de origem negra a um culto demoníaco, temos uma união perigosa, que fomenta a violência religiosa e retroalimenta o racismo que nos constitui enquanto sociedade. Com a chegada desses valores ao Legislativo, encarnada na Bancada Evangélica temos um cenário de grande ameaça aos direitos humanos, principalmente no que concerne às religiosidades negras.

A referida bancada é conhecida por propor, aprovar e votar projetos de lei com base nos valores morais cristãos. Essa mistura entre religião e política fere a laicidade do país, garantida pelo texto constitucional. Nesse contexto, submeter direitos civis ao viés do que uma religião desrespeita a diversidade, desconsidera



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

que nem todos professam a mesma fé. As leis precisam abarcar a diversidade e atender a toda população, não se restringindo ao que reza a moral de uma única fé.

O Projeto de Lei (PL) 8099/2014 de autoria do deputado Marcos Feliciano⁹, exemplifica bem a situação descrita, ao tentar tornar obrigatório o ensino do criacionismo¹⁰ nas escolas públicas e privadas do Brasil, se opondo, diretamente ao texto constitucional, que garante em seu Artigo 205, a educação como direito de todos. Existem estudantes que professam fés diferentes da cristã ou não professam nenhuma fé, que precisam ser considerados. Ademais, situa-se na contramão do Artigo 5, inciso VI, que garante a liberdade de crença. Assim sendo, desmistificar as práticas de terreiro, através de uma pesquisa, pode ser uma potente estratégia de combate às violências religiosas.

Neste contexto, a perseguição às religiões de matrizes africanas tem aumentado. O Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (CEPLIR)¹¹, registrou, entre julho de 2012 e dezembro de 2014, 948 queixas, das quais, 71% dos casos envolvia intolerância contra religiões afro-brasileiras. Dados que compõem um relatório preliminar divulgado em dezembro de 2015 pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Esse relatório também mostra que de janeiro de 2011 a junho de 2015 o Disque 100¹² recebeu 462 denúncias de casos de intolerância religiosa, além de destacar o aumento de casos no mundo virtual.

Muitos desses casos têm sido denunciados pela grande mídia. Alguns episódios podem ser tomados como exemplo: a pedrada que a criança Kailane¹³

⁹ Deputado Federal do Partido Social Cristão.

¹⁰ Doutrina religiosa cristã que se opõe à teoria da Evolução de Darwin.

¹¹ Serviço que estava atrelado à extinta Secretaria Estadual de Assistência Social Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

¹² Dispositivo de denúncia telefônica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

¹³ Episódio no qual Kailane, uma criança de 11 anos de idade, foi atingida por uma pedra ao sair de um terreiro de candomblé, no dia 14 de maio de 2015. Segundo informações da vítima e de



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILDIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

foi alvo após sair de um terreiro de candomblé com seus familiares na zona norte da cidade do Rio de Janeiro; a veiculação de imagens de seus cultos de modo pejorativo¹⁴, como ocorrido com Mãe Dedé de Iansã e Mãe Gilda de *Ogum*; o incêndio e destruição de terreiros de candomblé¹⁵; o impedimento de os terreiros funcionarem nas favelas do Rio de Janeiro por determinação dos integrantes das redes de tráfico de drogas que se converteram a igrejas evangélicas; além dos recentes assassinatos de sacerdotes em diferentes partes do território brasileiro.

Conversando sobre intolerâncias

Makota Valdina (2016), assim como a RENAFRO, associa intolerância religiosa com o racismo, trazendo novos contornos para se pensar esta difícil questão. Para ela, “não é intolerância religiosa, é racismo mesmo. É dominação. Quem pratica esses crimes sabe que o candomblé é resistência, muito mais que questão de religião”. (Reportagem - Portal Brasil em 08/05/2016).

Não podemos deixar de sinalizar que o modo como a África e todo seu legado é visto pejorativamente está relacionado ao modo como sua imagem é

outras pessoas vítimas do mesmo ataque motivado por intolerância religiosa, dois homens com bíblias nas mãos começaram a insultar as pessoas que saíam do terreiro, xingando-as de “diabo” e dizendo “vão para o inferno”... Este episódio de crime gerou grande mobilização na época, suscitando o início de um debate mais aprofundado por representantes do Estado, participantes de religiões de matrizes africanas e algumas igrejas neopentecostais, que se solidarizaram com o ocorrido. Este foi um dos casos que adquiriu maior notoriedade, mas diariamente frequentadores de religiões de matrizes africanas são agredidos física e verbalmente em todo território nacional.

¹⁴ Em 1º de junho de 2015 a yalorixá Mãe Dedé de Iansã, de 90 anos, morreu após sofrer um infarto. De acordo com informações, a mesma começou a passar mal após constantes episódios de intolerância religiosa que iniciaram quando uma igreja se instalou na vizinhança do terreiro. Três meses antes de sua morte, diversas denúncias a respeito de ações caluniosas e ofensivas foram feitas à Coordenadoria de Promoção de Igualdade Racial de Camaçari (BA). Em 1999, em Salvador, a foto da Yalorixá Gildásia dos Santos, do terreiro Axé Abassá de Ogum, conhecida como Mãe Gilda, foi exposta na capa de um jornal evangélico vinculada à seguinte manchete: “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”. Este episódio colaborou para que a Yalorixá sofresse um infarto e outras complicações no estado de saúde. Após continuar sofrendo ameaças e tendo seu terreiro invadido, Mãe Gilda decidiu processar os agressores, mas infelizmente veio a óbito no dia 21 de janeiro de 2000, vítima de infarto. Esta data foi oficializada pela Presidência da República, em 2007, como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

¹⁵ No dia 27 de novembro de 2015, o terreiro *Axé Oyá Bagan*, Região do Lago Norte, em Brasília, foi incendiado. Em setembro do mesmo ano outros dois terreiros foram incendiados em GO, um no município de Santo Antônio do Descoberto e outro em Águas Lindas de Goiás.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGÜÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

disseminada pelo mundo a partir de uma visão colonialista. O mundo globalizado massifica e difunde uma cultura que se apresenta como inclusiva, mas acaba reforçando uma ideologia que subalterniza e domina a África. Na realidade, de acordo com Moore (2009), o modo fracionado como a imagem da África é mostrada é incapaz de conceber sua riqueza e profundidade das diferenças culturais e históricas, colaborando com a “subalternização e a dominação dos povos e descendentes africanos” (p. 18).

A Declaração de Durban¹⁶ (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDADE, 2001) reconhece que o colonialismo colaborou com a construção do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e afirma que os africanos e seus descendentes foram e continuam sendo suas principais vítimas. Também ressalta que sua ocorrência deve ser condenada e sua recorrência prevenida.

Nesse sentido, o impacto mundial do preconceito e da discriminação racial sinalizado pela Declaração de Durban e pela Organização das Nações Unidas se materializa no aumento do número de denúncias no Disque 100 e dos casos que acompanhados pelo CEPLIR. As manchetes veiculadas pela mídia apresentam o modo como esse fenômeno ganha corpo no cotidiano do povo de santo. Xingamentos, agressões físicas, pedradas, invasões e destruição dos templos das religiões de matrizes africanas são algumas das violações de direitos que tem nos exterminado.

Assim, para combater a intolerância religiosa é necessário que se crie mecanismos de combate ao preconceito racial, que não passem apenas pela aplicação da lei 7.716 /1989 (Lei Caó), que prevê penas de dois anos e dez dias de reclusão nos casos de racismo. Para que a lei seja aplicada é necessária a desconstrução, no plano molecular, dos discursos que constituem o racismo no Brasil e, para isso, precisamos inicialmente desmontar o entendimento de que

¹⁶ A III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas foi realizada em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul e contou com mais de 16 mil participantes de 173 países. A conferência resultou em uma Declaração e um Plano de Ação que expressam o compromisso dos Estados na luta contra os temas abordados.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

não somos racistas por sermos um país miscigenado (FREYRE, 2003). Entender os caminhos por onde caminha o racismo, que nos estrutura e constitui nossos corpos, possibilita compreendermos porque nossos corações aceleram e seguramos mais forte a bolsa quando cruzamos com um menino ou homem negro. A discriminação racial passa por linhas sutis. Schucman (2014) relata que ao construirmos nossa sociedade sob o padrão da branquitude, permitimos que o racismo opere. Pois, beleza, inteligência, sucesso financeiro, pessoal e profissional, civilidade, racionalidade, moralidade são atribuídas à branquitude. É através desse padrão mantemos as pessoas negras às margens, colaborando com desvalorização do legado e cultura negra, com ênfase às religiosidades de matrizes africanas.

Os efeitos desse padrão branco também recaem sobre as religiões de matriz africanas, que são vistas como primitivas, bárbaras, densas e telúricas. Certa vez uma colega de graduação comentou, quando apresentava um trabalho sobre Candomblé, que tinha curiosidade sobre a religião e gostaria de conhecer mais de perto e visitar um terreiro. Sugerir que poderia convidá-la a uma festa pública e, prontamente, ela me respondeu que tinha medo, sem saber, entretanto, explicar o motivo desse medo, que é fundamentado através do imaginário social que tem na branquitude seu ideal. A atuação micropolítica parece ser uma boa aposta para nos auxiliar na desconstrução do racismo no plano molecular. Quando transpomos os limites dos terreiros de candomblé para outros espaços, contribuimos para gerar afetações outras, e para mostrar que o culto ao ancestre divinizado nada se parece com a imagem que circula pelo imaginário social.

Nessa direção, *Esù* volta a se fazer presente, ressaltando a importância da comunicação e do diálogo como potencializadores da vida, capazes de combater a intolerância religiosa, o racismo que a funda e o conseqüente extermínio do povo de santo. *Esù* é conhecido como senhor dos caminhos, e através dele vislumbramos uma possibilidade mais potente de estarmos no mundo, valorizando as diversidades religiosas e garantindo a laicidade. Diz-se que *Esù*



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

acerta o pássaro ontem com a pedra que atira hoje. Ele é o senhor das possibilidades. Possibilidades essas que são desenhadas quando andamos por linhas mais flexíveis apostando na potência do diálogo para a desconstrução de uma realidade cada vez mais binária e de acirramentos. Sigamos o caminho apontado por *Esù* voltando para o centro da encruzilhada.

*A pàdé Olóònòn e mo júbà Òjísè
Áwa sé awo, áwa sé awo, áwa sé awo
Mo júbà Òjísè.*

Vamos encontrar o Senhor dos Caminhos
Meus respeitos àquele que é o mensageiro
Vamos cultuar, vamos cultuar, vamos cultuar
Meus respeitos àquele que é o mensageiro

Que *Esù*, senhor dos caminhos e da comunicação nos guie pelos melhores caminhos e nos propicie bons encontros para lançar luzes sobre o fenômeno da intolerância religiosa e do preconceito racial no Brasil, possibilitando que o povo de santo tenha, de fato, assegurados os direitos à liberdade religiosa e a uma vida sem violência

*Laróye!*¹⁷

Dialogando...

BARROS, José Flávio Pessoa; TEIXEIRA, Marina Lina Leão. O código do corpo: inscrições e marcas dos orixás. In: Candomblé: religião do corpo e da alma: tipos psicológicos nas religiões afro-brasileiras. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

BENISTE, José. Dicionário yorubá-português. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e participativa. Distrito Federal: 2007.

¹⁷ Saudação feita à divindade *Esù*, que significa “Aquele que é controverso” (JAGUN, 2015, p.152).



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Disponível em: < http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf>. Acesso em 26 de setembro de 2016.

CAPONE, Stefania. A busca da África no candomblé: tradição e poder no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Pallas, 2004.

CROSSARD, Gisèle Omindarewa. Awó: o mistério dos orixás. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

GOMBERG, Estélio. Hospital de Orixás: encontros terapêuticos em um terreiro de candomblé. Salvador, EDUFBA, 2011.

JAGUN, Márcio de. Ori: a cabeça como divindade. 1 ed. Rio de Janeiro: Litteris, 2015.

KILEUY, O & OXAGUIÃ, V. O Candomblé Bem Explicado (nações Bantu, Iorubá e Fon). Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

MOORE, Carlos. Por que as matrizes africanas? In: LARKIN, Elisa (org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. Padê de Exu libertador. Búfalo, 02 de fevereiro de 1991. Disponível em: <<http://abdias.com.br/poesia/poesia.htm>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, Durban – África do Sul. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

RENAFRO. Relatório dos Treinamentos para Atualização em DST/HIV/AIDS e Controle Social de Políticas Públicas de Saúde pelos Terreiros. Rio de Janeiro, 2008.

RENAFRO (Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde). Atagbá. Guia para a promoção de saúde nos terreiros. Autores José Marmo da Silva, Solange Dacach e Fernanda Lopes. 2005.

SANTOS, Juana Elbein dos. *Os Nagô e a morte: pàde, Àsèsè e o culto Ègun na Bahia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SANTOS, Juana Elbein dos; SANTOS, Deoscoredes Maximiliano dos Santos (Mestre Didi). Salvador: Corrupio, 2014.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. ANNABLUME EDITORA. São Paulo. 2014

VALDINA, MAKOTA. Reportagem: Para líderes religiosos, crimes de intolerância estão associados à discriminação racial. <<http://www.brasil.gov.br/intolerancia-religiosa/textos/para-lideres-crimes-de-intolerancia-religiosa-estao-associados-a-discriminacao-racial>>. Acesso em 31 de julho de 2016.